

# APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p3-6>



As pesquisas sobre a ditadura militar brasileira vêm se desenvolvendo há bastante tempo em diversos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação de universidades brasileiras. De alguns anos para cá, porém, uma das temáticas que mais ganhou destaque foi a repressão aos trabalhadores durante o período ditatorial. Como exemplo da ampliação desta área de estudos, podemos citar a realização de mesas temáticas em eventos acadêmicos prestigiados, tanto no Brasil como em outros países sul-americanos, e a criação de grupos de estudos e de redes de pesquisadores dedicados à pesquisa sobre esta temática no Brasil e no Conesul. Uma pesquisa a partir dos termos “repressão aos trabalhadores” e “ditadura militar” feita no *Google Scholar* - uma das ferramentas de internet disponíveis para busca de trabalhos acadêmicos -, resultou em 298 artigos acadêmicos publicados entre os anos de 2013 e 2023 em revistas do Brasil, e 15 mil em periódicos de língua espanhola. A lista de artigos inclui pesquisas sobre repressão a sindicatos urbanos e rurais, tanto de empresas estatais quanto privadas, além de estudos sobre repressão a greves, ataques à legislação trabalhista e o aperfeiçoamento de aparatos repressivos de vigilância e perseguição às organizações populares. Tudo indica que os debates sobre a repressão aos trabalhadores durante o regime militar não irão se esgotar tão cedo, tendo em vista a liberação de novas fontes documentais antes inacessíveis à pesquisa e à luta de organizações civis, especialmente sindicatos, em defesa da recuperação da memória da perseguição sofrida pelas classes operárias na ditadura militar.

O aprofundamento das reflexões de pesquisas acadêmicas sobre as violências cometidas contra a classe operária durante o período ditatorial tem trazido à tona o papel de empresas na repressão aos trabalhadores, em parceria com o Estado. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado no final do ano de 2014, pode ser indicado como um dos fatores que deram novo impulso a pesquisas sobre a participação de empresários e empresas na repressão, vigilância e monitoramento às organizações populares e de trabalhadores entre os anos de 1964 e a década de 1980, com a divulgação de textos temáticos sobre o tema, tais como “Violações de direitos humanos dos trabalhadores”, “Violações de direitos humanos dos camponeses” e “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. Nesses textos, fica clara a participação de empresas públicas e privadas e suas articulações com órgãos estatais na repressão, com apresentação de fontes e indícios que foram posteriormente aprofundados em pesquisas. Além disso, esses textos também colaboraram para o aprofundamento do conhecimento sobre os grupos empresariais que se beneficiaram das políticas daquele estado de exceção do regime ditatorial, seja pelo aumento de sua lucratividade em função de políticas econômicas e financeiras implantadas pelo regime militar, seja pelo ataque à legislação trabalhista e à repressão física direta e indireta, favorecendo a consolidação de interesses de empresas privadas no período.

Este dossiê apresenta uma amostragem da produção historiográfica desenvolvida nos últimos anos em torno do eixo repressão e ditadura, particularmente a participação de empresas nas violações de direitos no Brasil ao longo do período ditatorial. O artigo de Pedro Henrique Pedreira Campos e Rafael Vaz da Motta Brandão investiga os impactos da construção da hidrelétrica de Itaipu sobre os trabalhadores, povos indígenas e camponeses, além dos benefícios a empreiteiras de obras públicas, defendendo a tese de que o favorecimento a estas empresas não foi um elemento circunstancial, mas uma das características distintivas daquele momento do regime ditatorial. Nelson Tomelin Jr. e Rosário Peixoto abordam as resistências e lutas de trabalhadores e indígenas na Amazônia, através da análise de fontes judiciais. Gines Salas Neto e César Agenor Fernandes da Silva fazem um histórico da atuação de padres operários da congregação Filhos da Caridade na diocese de Santos, estado de São Paulo e

a repressão sofrida por eles durante o regime militar, utilizando arquivos de órgãos policiais. Tiago Siqueira Reis investiga o significado da criação da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), ocorrida em 1970, e suas relações com políticas institucionais, de inspiração empresarial, da ditadura militar. Elaine de Almeida Bortone examina as relações entre a atuação da Companhia Docas de Santos, especialmente através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), na articulação golpista de 1964 e o favorecimento do governo Castelo Branco à empresa. O artigo de Ana Paula Goulart Ribeiro, André Bonsanto e Flora Daemon também tem como foco a colaboração entre um setor da mídia – neste caso, o Grupo Folha – e a ditadura militar, apresentando resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do projeto Caaf/UNIFESP, em parceria com o Ministério Público Federal.

Outros dois artigos deste dossiê abordam temas relacionados à ditadura militar, apresentando a atuação de grupos de ação política empresarial transnacionais, reflexões sobre neoliberalismo e ditadura e a colaboração entre empresas alemãs e repressão no Brasil. Com relação ao primeiro tema, Rejane Hoeveler analisa a ação política de empresários através do Conselho das Américas no Brasil em defesa da “livre iniciativa” empreendedora. Já o texto de Tayara Lemos e Renan Quinalha se propõe a analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, se o neoliberalismo imperante a partir dos anos 1990 no Brasil pode ser caracterizado como resultante dos impactos do modelo econômico-político implantando durante o regime ditatorial. Por fim, Helen Nunes investiga a atuação de grupos empresariais alemães e a sua participação em violações de direitos humanos durante o período ditatorial.

Na seção de artigos livres, o texto de Daniel Lopes Saraiva e Nashla Dahás apresenta o testemunho do ator, autor e diretor Carlos Gregório, destacando os impactos da repressão da ditadura sobre os artistas. Alzira Lobo de Arruda Campos, Luiz Antonio Dias e Rafael Lopes de Sousa fazem uma reflexão sobre a função da música em movimentos populares, particularmente o impacto do hino da II Internacional sobre as organizações operárias. Kátia Rodrigues Paranhos apresenta a trajetória do grupo de teatro português *A Barraca*, com destaque para a sua proposta de teatro popular no período após a Revolução dos Cravos. O artigo de Carla Reis Longhi e Fernando Forattini argumenta que é possível encontrar indícios da

gestação do neoliberalismo nos debates dos Congressos Brasileiros de Escritores realizados nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial.

Na parte final deste número, a revista apresenta uma entrevista e duas resenhas. Sergio Schargel entrevistou a pesquisadora Marialva Carlos Barbosa, professora titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com uma experiência de mais de 40 anos de carreira e marcada pela publicação de inúmeros livros e artigos. Por fim, Júlio César Rigoni Filho apresenta uma resenha sobre o livro “Passados presentes”, de autoria do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, publicado em 2021, e Tiago Santos Salgado, da obra “Terrorismo de Estado”, organizada por Lisandro Cañon e Jussaramar da Silva, publicada em 2023.

Convidamos todos a lerem este novo número da revista *Projeto História*. Boa leitura!

Vera Lucia Vieira (PUCSP)

Elaine de Almeida Bortone (UFERJ)

Vicente Gil da Silva (UFRJ)